

MINUTA

1. MOÇÃO PELA REFORMA DO SISTEMA DE DEFESA NACIONAL

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

2. CONSIDERANDOS

- *Dado o estado calamitoso dos equipamentos das Forças Armadas devido ao desinvestimento em manutenção e desenvolvimento, é urgente colocar essa verba em montantes aceitáveis para evitar a degradação constante a que se vai assistindo nos equipamentos. Dos 12 helicópteros EH101, só 4 estão funcionais. Dos também 12 aviões C295, só 3 a 4 podem ser utilizados. Das 5 fragatas da Armada, só 2 se encontram operacionais. E a contabilidade não se fica por aqui. Esta suborçamentação é, na prática, a inutilização dos investimentos já feitos;*
- *Considerando a necessidade de acompanhar as tendências internacionais, é necessário subordinar a Defesa Nacional e a Segurança Interna à Segurança Nacional. É uma forma de coordenar os diferentes Conceitos Estratégicos em vigor e conselhos consultivos desta área da governação. O atual contexto impele-nos a repensar a organização dos nossos meios;*
- *Conhecendo a sangria de operacionais nas Forças Armadas é necessário criar condições de recrutamento de mais 10 mil praças; e*
- *Atendendo às potencialidades do desenvolvimento das indústrias de defesa em Portugal, é imperativo estabelecer condições para tal.*

3. PROPOSTAS

A Juventude Socialista,

Propõe as 10 medidas que se seguem:

(1) Criação do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e do Conceito Estratégico de Segurança Nacional (CESN), sendo o CSSN um órgão consultivo do Presidente da República (PR). Tratar-se-á dum Conselho de grande latitude que condense Defesa Nacional, Segurança Interna, Informações e Ciberdefesa – estas últimas duas áreas encontram-se exclusivamente sob a alçada do Primeiro-Ministro. O CESN será o documento orientador desta nova forma holística de pensar a soberania nacional;

- (2) **Substituição do conceito de Defesa Nacional pelo de Segurança Nacional na Constituição, ao qual se devem subordinar os conceitos de Defesa Nacional e de Segurança Interna**, tratando-se de ampliar a visão conceptual presente na Constituição e de a trazer para o mundo do século XXI das ameaças transnacionais, das guerras híbridas, do terrorismo de estado, do ciberespaço, da desinformação patrocinada por estados, da espionagem em massa e do espaço sideral. As ameaças mudaram;
- (3) **Comunitarização da dívida em defesa**. A UE precisa de encarar os investimentos nacionais em defesa, como investimentos na defesa coletiva do bloco, criando um sistema de defesa europeu mais concertado e que rentabilize os investimentos de cada Estado;
- (4) **Revisão do Fundo Europeu de Defesa (FED)**, deixando de financiar somente o desenvolvimento e passando a financiar também a aquisição dos equipamentos, como forma de estimular o desenvolvimento das Indústrias de Defesa na Europa;
- (5) **Desenvolvimento dum polo de indústrias de defesa em Évora**. A região de Évora tem condições para se tornar um centro logístico da NATO capaz de acolher fábricas, oficinas e armazéns, e de servir de interposto para os equipamentos vindos dos EUA, através da centralidade que ganhará com as ligações rodo e ferroviárias ao Porto de Sines, à fronteira Elvas-Badajoz e ao Aeroporto de Beja.
- (6) **Aumento para 25% do orçamento em Defesa da componente de Manutenção e Operação (M&O)**, com o objetivo de estagnar a decadência dos equipamentos;
- (7) **Alteração da estatuto atual do Arsenal do Alfeite (AA)**, com vista a que retome o seu papel enquanto estaleiro da Marinha. O atual estatuto apenas levou à fuga dos seus engenheiros e a um aumento dos gastos em manutenção no estrangeiro;
- (8) **Aumentos salariais e revisão da carreira militar**, devendo nunca ser inferior ao salário médio em Portugal, nem abaixo do salário das forças de segurança. Isso não atrai os profissionais necessários;
- (9) **Revisão das regras de contratação pública para os equipamentos de duplo uso**, deixando de diferenciar os equipamentos de duplo uso dos de uso exclusivamente militar, o que não acontece em praticamente nenhum outro país da UE. Esta foi um transposição excessiva dum diretiva europeia que é possível alterar de forma a privilegiar as empresas portuguesas e da Aliança nos concursos públicos.

Braga, 17 de dezembro de 2022